

## *Vinte anos da Lei 10.639/03: insurgências e rupturas no Ensino de História*

### *Twenty Years of Law 10.639/03: Insurgencies and Ruptures in History Teaching*

A proposta deste dossiê temático especial, dedicado aos vinte anos da Lei 10.639/03, emerge da compreensão de que essa lei instituiu um marco histórico fundamental para o Ensino de História no Brasil. Fruto das lutas dos movimentos negros pelo direito à educação, à história e à memória, seus princípios perpassaram as reivindicações desses grupos ao longo do século XX e encontraram reforço nos movimentos antirracistas que se multiplicaram pelo mundo, especialmente a partir dos anos de 1980, quando o Brasil iniciou o seu processo de redemocratização. É nesse contexto que as propostas de lei, que futuramente seriam debatidas e implementadas, ganham espaço, como parte das articulações de intelectuais e ativistas do movimento negro, em meio às tramas políticas engendradas, compondo a sua pauta de lutas nas décadas seguintes. Nesse sentido, a aprovação da Lei 10.639 em 09 de janeiro de 2003, que instituiu a obrigatoriedade do Ensino de História e cultura afro-brasileira nos currículos escolares, precisa ser lida como parte de um contexto de reivindicações e lutas muito anteriores, que se entrecruzam com outros marcos legais importantes na história brasileira, como a aprovação da Constituição de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996), que instituem a cidadania como dispositivo fundamental, mobilizado na construção dos currículos da disciplina de História, que após décadas de sucessivos interditos, foi restituída de seu papel formativo na educação escolar.

Por outro lado, refletir sobre os impactos da Lei 10.639/03 no contexto atual requer considerá-la como parte fundante de uma legislação posterior que configura uma Educação para as Relações Étnico-Raciais, comprometida com a valorização, o reconhecimento e a reparação histórica de povos afro-brasileiros e indígenas e a superação do racismo no contexto escolar, como as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Ra-

ciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (2004); a Lei 11.645/2008, que altera a própria Lei 10.639/03, ampliando o seu escopo ao inserir a obrigatoriedade do Ensino de História e cultura indígena; as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola (2012) e as Diretrizes Operacionais para a implementação da história e das culturas dos povos indígenas na Educação Básica, em decorrência da Lei n. 11.645/2008 (2015). Frente ao exposto, é nessa perspectiva que este dossiê temático foi proposto, considerando a Lei 10.639/03 como um importante marco histórico, parte de um amplo e complexo processo que precisa ser lido de forma interrelacionada e que não pode se restringir aos aspectos formais dessa legislação, nos aproximando dos limites que perpassam a sua implementação, das permanências que demarcam a força do racismo na estruturação da sociedade brasileira e também das diferentes formas de apropriação dos sujeitos, que lhe dão sentido e significado, ao longo dessas últimas décadas, indicando tempos e percursos muito diversos e desiguais, com recuos e avanços, conquistas e rupturas que também não se estabeleceram de forma linear.

Ainda que pesquisas atuais<sup>1</sup> apontem que os efeitos dos vinte anos dessa legislação sejam pouco expressivos no âmbito da educação escolar, o que certamente constitui alerta e elemento de denúncia, é sempre importante lembrar que a própria experiência escravista brasileira durou bem mais de 300 anos e que, em 2023, completamos 135 anos de sanção da Lei Áurea e o fim da escravidão. Em um país marcado por uma história de exclusão das suas populações negras e indígenas de direitos fundamentais, é sempre importante lembrar que mudanças estruturais enfrentam a resistência de pessoas, grupos e instituições, como as escolas, que também se constituíram historicamente por valores civilizatórios que são reiterados e reformulados pela cultura escolar. Apesar disso, inúmeras outras pesquisas produzidas sobre o tema (PAULA e GUIMARÃES, 2014; SANTOS, 2013; COELHO e SOARES, 2016; MEINERZ, 2017; FAGUNDES e CARDOSO, 2019) indicam que são inegáveis os efeitos da Lei 10.639/03 e toda a legislação sucessiva, no âmbito dos currículos prescritos e praticados da educação básica e superior, na formação inicial e continuada de professores, na produção, avaliação e uso de materiais didáticos e na própria forma de produção e difusão de conhecimentos no âmbito das universidades, centros de pesquisa, arquivos e museus.

É importante destacar que a própria *Revista História Hoje*, em sua recente reformulação, passou a ser reeditada no ano de 2012, dedicando os seus dois

primeiros números ao Ensino da História da África e da Cultura Afro-brasileira (v. 1 n. 1. 2012) e ao Ensino de História Indígena (v. 1 n. 2. 2012).<sup>2</sup> Situada no contexto de discussão e implementação da Lei de Cotas para o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio, essas publicações também respondiam a demandas da própria área de História, que buscava organizar e sistematizar reflexões sobre o tema, além de constituir um material de referência para a formação de professores. Passados mais de dez anos, a temática da história e das culturas afro-brasileira e indígena continua a comparecer entre os diferentes artigos publicados pela revista de forma progressiva, perpassando as suas diferentes seções e de modo interrelacionado a outras temáticas como: Patrimônio Cultural, História Local, Direitos Humanos, Tecnologias Digitais, Livros e materiais didáticos, demonstrando o próprio crescimento e o amadurecimento do campo do Ensino de História, especialmente na ampliação de abordagens teóricas e metodológicas sobre o tema.

Ao longo das próximas páginas, os leitores e leitoras poderão acessar um conjunto de textos que contribuem significativamente para os objetivos deste dossiê que pretende dar visibilidade a pesquisas, experiências e reflexões sobre o impacto das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008 e diretrizes complementares no Ensino de História, identificando sujeitos, processos, práticas e políticas que apontem, não apenas os desafios e limites, mas também as insurgências e rupturas provocadas no campo do Ensino de História. De alguma maneira, a nossa aposta foi a de apontar desafios futuros para a área, de modo a instigar a construção de projetos e atividades coletivas de enfrentamento ao racismo no campo da História acadêmica e escolar. Gostaria de destacar o belíssimo e instigante texto de apresentação deste dossiê, intitulado “A construção de epistemologias insubmissas e os caminhos possíveis para uma educação antirracista e anticolonial: reflexões sobre os 20 anos da Lei 10.639/03”, produzido pelos professores Anderson Ribeiro Oliva (UnB) e Maria Telvira da Conceição (URCA), a quem agradeço imensamente pela primorosa organização deste número e com quem pude contar em todas as fases desse trabalho. Outro agradecimento importante é para professora Carla Beatriz Meinerz (UFRGS), que aceitou gentilmente nosso convite e produziu uma excelente entrevista com a professora Petronilha Gonçalves e Silva, documento que certamente constitui outra grande contribuição deste dossiê, ao entrevistar uma professora, intelectual e ativista que é um testemunho vivo de muitas mudanças sobre as quais tratamos neste número. Também agradeço imensamente a colabora-

ção dos 16 autores e autoras que integram este dossiê e que atenderam prontamente ao nosso convite em produzir reflexões necessárias para este trabalho. Também destaco a presença de autores e autoras das cinco regiões brasileiras, o que vem ao encontro de um dos princípios da *Revista História Hoje*, que é o da valorização da diversidade nacional na organização dos seus números, assim como da diversidade de gênero e de pertencimento étnico-racial. Buscamos também contemplar a diversidade geracional, visto que contamos com textos de professores e professoras com mais tempo de carreira e já consolidados na área e também de professores e professoras com recente conclusão do mestrado. Outro aspecto relevante é o destaque do Profhistória no conjunto dos textos publicados, haja vista que se trata do maior programa de pós-graduação de História, atualmente com 39 instituições associadas, mais de 700 professores e de 2000 alunos, com produção totalmente voltada para o Ensino de História, que é sua área de concentração. Analisada em conjunto, a expressiva produção do curso sobre as temáticas da História e das culturas afro-brasileira e indígena e da Educação para as relações étnico-raciais é objeto de algumas dessas reflexões, assim como comparecem textos que são resultado das pesquisas individuais de alguns egressos do curso. Desse modo, compreendemos que essa múltipla presença do Profhistória neste dossiê não constitui nenhuma coincidência, pois nos aponta que o caminho de muitos professores tem sido o enfrentamento da questão a partir da sala de aula, vista como um espaço privilegiado de enfrentamento ao racismo e da invisibilidade de povos afro-brasileiros e indígenas, construindo formas de afirmação, reparação e projetos de futuro, aliando o necessário trabalho crítico e problematizador das pesquisas ao campo da ação no cotidiano das escolas.

Por fim, gostaria de agradecer ao Conselho Editorial da *Revista História Hoje* pelo apoio e pelo incentivo a esta iniciativa, compreendendo a importância desse debate para o trabalho da nossa revista. Também não posso deixar de agradecer à diretoria da ANPUH-Brasil que apoiou e respaldou a publicação de mais este número, mesmo em um contexto de escassos recursos para a manutenção das suas revistas. Esperamos que a leitura dos textos instigue reflexões, inquietações e provocações para seguirmos lutando frente aos inúmeros desafios que já estão colocados.

*Monica Martins da Silva*

Editora RHHJ (Biênio 2021-2023)

## REFERÊNCIAS

- COELHO, Wilma de Nazaré Baía; SOARES, Nicelma Josenila Brito. A Implementação das Leis n. 10.639/2003 e n. 11.645/2008 e o Impacto na Formação de Professores. *Educação em Foco*, Juiz de Fora, v. 21, n. 3, set./dez. 2016, p. 573-606.
- FAGUNDES, Heldina Pereira Pinto Fagundes; CARDOSO, Berta Leni Costa. Quinze anos da implementação da Lei 10.639/2003: desafios e tensões no contexto da Base Nacional Comum Curricular. *Revista Exitus*, Santarém/PA, v. 9, n. 3, jul./set. 2019, p. 59-86.
- MEINERZ, Carla Beatriz. Ensino de História, Diálogo Intercultural e Relações Étnico-Raciais. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 42, n. 1, p. 59-77, jan./mar. 2017, p. 59-77.
- PAULA, Benjamin Xavier de; GUIMARÃES, Selva. 10 anos da lei federal n. 10.639/2003 e a formação de professores: uma leitura de pesquisas científicas. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 40, n. 2, abr./jun. 2014, p. 435-448.
- SANTOS, Lorene dos. Ensino de História e cultura africana e afro-brasileira: dilemas e desafios da recepção à Lei 10639/03. In: PEREIRA, Amílcar Araújo e MONTEIRO, Ana Maria. *Ensino de História e Culturas afro-brasileiras e indígenas*. Rio de Janeiro: Pallas, 2013, p. 57-83.

## NOTAS

<sup>1</sup> Refiro-me à pesquisa “Lei 10.639/03: a atuação das Secretarias Municipais de Educação no ensino de história e cultura africana e afro-brasileira” realizada pelo Instituto Alana e Geledés e publicada em 2023, na qual afirma-se que mais da metade das secretarias (53%) que participaram da pesquisa (23% dos municípios brasileiros) admitem que não realizam ações consistentes e contínuas para a sua aplicação. A pesquisa está disponível em: <https://www.geledes.org.br/pesquisa-inedita-mostra-engajamento-das-secretarias-de-educacao-com-aplicacao-da-lei-10-639/>.

<sup>2</sup> Os respectivos volumes podem ser acessados no seguinte link: <https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/issue/archive/2>.